



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
SECRETARIA
DA SAÚDE

**PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS
SETOR DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS**
Rua Dr. Siqueira Campos, 172 – Liberdade – CEP 01509-020 – São Paulo

EXTRATO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 437/2026-SMS.G
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 6018.2025/0121354-0
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026/SMS.G
ORGÃO GESTOR: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
DETENTORA: ARINOS COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
LTDA
CNPJ: 29.616.156/0001-83
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FORNECIMENTO DE CAPA PARA
CAIXA D'ÁGUA DE CUBAGEM DE 250 A 1000 LITROS E CAPA PARA
RECIPIENTE DE ARMAZENAMENTO DE ÁGUA ATÉ 250 LITROS
VIGÊNCIA: 09/06/2026 A 09/06/2027**

**Item 01 – CAPA PARA CAIXA D'ÁGUA DE CUBAGEM DE 250 A 1000
LITROS**

**PREÇO UNITÁRIO: R\$ 26,49/UN
MARCA: VICTÓRIA RÉGGIA
FABRICANTE: VICTÓRIA RÉGGIA IND. E COM. LTDA
EMBALAGEM/APRESENTAÇÃO: INDIVIDUAL
REGISTRO NO M.S: ISENTO
PROCEDÊNCIA: NACIONAL
Código Supri: 51.125.005.002.0041-6**

**Item 02 – CAPAS PARA RECIPIENTES DE ARMAZENAMENTO DE ÁGUA
ATÉ 250L**

**PREÇO UNITÁRIO: R\$ 19,53/UN
MARCA: VICTÓRIA RÉGGIA
FABRICANTE: VICTÓRIA RÉGGIA IND. E COM. LTDA
EMBALAGEM/APRESENTAÇÃO: INDIVIDUAL
REGISTRO NO M.S: ISENTO
PROCEDÊNCIA: NACIONAL
Código Supri: 51.125.005.002.0036-0**

CONSUMO MÉDIO ESTIMADO:

UNIDADES	MENSAL		ANUAL	
	ITEM 01	ITEM 02	ITEM 01	ITEM 02
COVISA	2.250	708.33	27.000	8.500
TOTAL	2.250	708.33	27.000	8.500

**-DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME PUBLICAÇÃO NO DOC/SP DE
18/06/2026.**



ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 437/2026-SMS.G
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 6018.2025/0121354-0
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90135/2026/SMS.G

Aos 09 dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e seis, no Gabinete da Secretaria Municipal da Saúde – SMS, situado na Rua Dr. Siqueira de Campos, 172 – 5º andar – Liberdade – São Paulo, Capital, CEP: 01509-020, de um lado, a **PREFEITURA DE SÃO PAULO**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**, neste ato representada pela Coordenadora de Vigilância em Saúde, senhora **MARIANA DE SOUZA ARAUJO**, por força da delegação conferida pela Portaria nº 727/2018 – SMS.G e 401/2021-SMS.G, combinado com o art. 29 do Decreto Municipal nº 59.685/2020, doravante designada, simplesmente, **SMS**, e, de outro, a empresa **ARINOS COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**, CNPJ nº 29.616.156/0001-83, com sede na Rua das Adálias nº 320, andar 1, sala 3, Jd. Flórida, Barueri/SP, cep 06407-170, telefone 4552-2199, e-mail [vendas@arinosdistribuidora.com.br](mailto: vendas@arinosdistribuidora.com.br), vencedora e adjudicatária do **PREGÃO ELETRÔNICO** suprarreferido, neste ato representada pelo(a) seu(sua) procurador(a), senhor(a) **Felippe de Oliveira Rocha**, RG 44.881.275-5, CPF 028.724.101-71, doravante denominada, simplesmente, **DETENTORA**, face homologação do PE 90135/2026/SMS na plataforma de compras COMPRASGOV em 27/05/2026, resolvem firmar o presente instrumento, objetivando registrar o(s) preço(s) do(s) material(s) discriminado(s) na cláusula segunda, em conformidade com os termos do Edital do Pregão e seus Anexos e a proposta da DETENTORA, que integram o presente instrumento para todos os efeitos legais, bem como as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1.** Constitui objeto desta Ata o **REGISTRO DE PREÇO PARA FORNECIMENTO DE CAPA PARA CAIXA D'ÁGUA DE CUBAGEM DE 250 A 1000 LITROS E CAPA PARA RECIPIENTE DE ARMAZENAMENTO DE ÁGUA ATÉ 250 LITROS**, descritos e especificados no Anexo I do Edital do **Pregão nº 90135/2026/SMS**, cujos termos são parte integrantes deste instrumento, nas condições a seguir ajustadas:



CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 O(s) preço(s) registrado(s) nesta Ata refere(m)-se ao(s) seguinte(s) item(ns):

Item 01 – CAPA PARA CAIXA D'ÁGUA DE CUBAGEM DE 250 A 1000 LITROS

PREÇO UNITÁRIO: R\$ 26,49/UN

MARCA: VICTÓRIA RÉGGIA

FABRICANTE: VICTÓRIA RÉGGIA IND. E COM. LTDA

EMBALAGEM/APRESENTAÇÃO: INDIVIDUAL

REGISTRO NO M.S: ISENTO

PROCEDÊNCIA: NACIONAL

Código Supri: 51.125.005.002.0041-6

Item 02 – CAPAS PARA RECIPIENTES DE ARMAZENAMENTO DE ÁGUA ATÉ 250L

PREÇO UNITÁRIO: R\$ 19,53/UN

MARCA: VICTÓRIA RÉGGIA

FABRICANTE: VICTÓRIA RÉGGIA IND. E COM. LTDA

EMBALAGEM/APRESENTAÇÃO: INDIVIDUAL

REGISTRO NO M.S: ISENTO

PROCEDÊNCIA: NACIONAL

Código Supri: 51.125.005.002.0036-0

2.2 O preço a ser pago pelo fornecimento realizado será aquele registrado neste instrumento, independentemente da data da entrega do objeto.

2.3 O preço registrado compreenderá todos os custos necessários à execução do objeto desta Ata de Registro de Preço, incluso frete até os locais de entrega.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

3.1 Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados após 1 (um) ano da data base fixada na Ata de Registro de Preços.

3.2 Os preços registrados poderão ser adequados pela Comissão de Revisão de Preços e Pedido de Reequilíbrio Econômico Financeiro nos termos da Portaria 083/2023/SMS.G, em função da dinâmica do mercado, com elevação ou redução de seu respectivo valor.

CLÁUSULA QUARTA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO

4.1. O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de um ano, prorrogável por até igual período, nos termos do art. 99 do Decreto Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS - SETOR DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS
Rua Dr. Siqueira Campos nº 172, 5º andar, Liberdade – São Paulo – SP – CEP 01509-020

Tels: (011) 5461-8897/8898/5239-1887/1888/1889

Esse documento foi assinado por FELIPPE DE OLIVEIRA ROCHA. Para validar o documento e suas assinaturas acesse
<https://assineweb.arcertfoz.com.br/validate/3UFNQ-PUJRY-W2YSK-254RP>





nº 62.100/22, mediante o cumprimento satisfatório das obrigações da Detentora, bem como aferição de vantagem técnica/econômica mediante pesquisa mercadológica.

4.1.1. O atendimento do item 4.1, nas hipóteses em que os contratos decorrentes da utilização de Ata de RP onerarem dotação orçamentária referente à transferência de recursos de outro ente federativo, fica condicionada à observação da legislação do respectivo órgão.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO PRAZO DE ENTREGA

5.1. O consumo médio estimado dos materiais, cujos preços são registrados nesta Ata, está distribuído, pela ordem, entre as seguintes unidades requisitantes:

CONSUMO MÉDIO ESTIMADO:

UNIDADES	MENSAL		ANUAL	
	ITEM 01	ITEM 02	ITEM 01	ITEM 02
COVISA	2.250	708.33	27.000	8.500
TOTAL	2.250	708.33	27.000	8.500

5.2 Os materiais deverão ser entregues pela DETENTORA no(s) seguinte(s) endereço(s):

Unidade	Endereços
COVISA	Almoxarifado Central – Avenida Otaviano Alves de Lima, 4.000 CEP 02910-025 - (agendamento prévio: arbovirose@prefeitura.sp.gov.br)

5.3 A presente Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações de que dela poderão avir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, devidamente justificada, sendo assegurada à DETENTORA a preferência em igualdade de condições.

5.3.1 As unidades requisitantes deverão certificar-se da conveniência de utilizarem a presente ata de registro de preço, realizando prévia pesquisa dos preços correntes no mercado para fornecimento do produto, nas mesmas condições previstas neste instrumento.

5.4 O contrato de fornecimento, apenas estará caracterizado após o recebimento pela DETENTORA das ordens de fornecimento, emitidas pelas unidades requisitantes, as quais deverão ter sido precedidas da emissão da competente nota de empenho após a publicação do despacho autorizatório no D.O.C.



- 5.4.1** Quando cabível a lavratura de termo de contrato, a DETENTORA deverá passar recibo na cópia, enviada via e-mail, que necessariamente lhe acompanhará, devolvendo-a também através de e-mail, no prazo de 03 (três) dias úteis, à unidade requisitante para que seja juntada aos autos.
- 5.5** A entrega da nota de empenho e a assinatura do termo contratual (quando este for exigível) ficarão condicionadas à apresentação, pela DETENTORA, dos seguintes documentos, devidamente atualizados:
- 5.5.1** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- 5.5.2** Certificado de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- 5.5.3** Comprovação da inexistência de registro em nome da empresa junto ao CADIN – Cadastro Informativo Municipal.
- 5.6** Caso necessário, a DETENTORA deve atualizar suas informações no cadastro de credores do município em tempo hábil para emissão da Nota de Empenho.
- 5.7** A requisição de compra e a ARP poderão ser canceladas e o fornecedor penalizado, em caso de demora na atualização da documentação ou na regularização de qualquer situação impeditiva à realização da compra.
- 5.8** A partir da notificação formal, por meio eletrônico, informando a possibilidade de cancelamento da requisição de compra e da ARP, a DETENTORA terá dois dias úteis para regularização da documentação;
- 5.9** A DETENTORA estará obrigada a atender a todas as ordens de fornecimento, expedidas durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, mesmo que a respectiva entrega esteja prevista para data posterior a de seu termo final;
- 5.10** As ordens de fornecimento, juntamente com as notas de empenho, serão enviadas via e-mail, contendo data de expedição, quantidade pretendida, preço unitário e total, local e prazo para entrega, carimbo e assinatura do responsável pela unidade requisitante;
- 5.10.1** Ao receber a ordem de fornecimento e a nota de empenho, via e-mail, a DETENTORA deverá delas passar recibo nas cópias que necessariamente lhe acompanharão, devolvendo-as também através



de e-mail, NA MESMA DATA DO RECEBIMENTO, à unidade requisitante para que seja juntada aos autos dos processos de requisição e de liquidação e pagamento.

- 5.11** A DETENTORA é responsável por garantir as condições necessárias para recebimento por meio eletrônico das Ordens de Fornecimento, Notas de Empenho e documentos equivalentes, atualizando seu endereço eletrônico sempre que necessário;
- 5.12** O prazo máximo para entrega do produto será de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do dia útil seguinte ao envio da Ordem de Fornecimento por meio eletrônico à DETENTORA;
- 5.12.1** O descumprimento do prazo estipulado no item 5.12 dará ensejo à aplicação das multas contratualmente previstas;
- 5.13** A entrega do objeto na unidade requisitante deverá ser acompanhada de nota fiscal ou nota fiscal fatura, bem como da cópia reprográfica da ordem de fornecimento e da nota de empenho;
- 5.14** As notas fiscais deverão conter os números dos lotes correspondentes a cada entrega, bem como a marca e o nome do fabricante do produto.
- 5.15** As unidades requisitantes não poderão receber produto diferente daquele objeto do registro de preço, sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato.
- 5.16** Constatadas irregularidades no objeto entregue, a unidade requisitante poderá:
- 5.16.1** Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 5.16.1.1** Na hipótese de substituição, a DETENTORA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito;
- 5.16.2** Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 5.16.2.1** Na hipótese de complementação, a DETENTORA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
- 5.17** O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega da fatura ou de documento equivalente, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante termo de recebimento definitivo ou recibo, firmado pelo servidor responsável.



- 5.18** O recebimento do material pelo órgão requisitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do produto verificadas posteriormente, garantindo-se ao órgão requisitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90.
- 5.19** As embalagens deverão ser acondicionadas conforme praxe do fabricante, trazendo impressa a indicação quantitativa, qualitativa, número de lote, data de fabricação e prazo de validade.
- 5.20** Os pedidos de prorrogação de prazo de entrega somente serão analisados pela Administração caso sejam requeridos até a data final prevista para a entrega e desde que estejam instruídos com as devidas justificativas e comprovação.
- 5.20.1** Os pedidos instruídos em condições diversas das previstas anteriormente serão indeferidos de pronto.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1** O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data final do adimplemento de cada fornecimento.
- 6.2** Em havendo atraso no pagamento, por culpa exclusiva da SMS, os valores devidos serão acrescidos da respectiva compensação financeira, mediante requerimento expresso da DETENTORA, nos termos da Portaria SF nº 05 de 05 de janeiro de 2012.
 - 6.2.1** Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o subitem 6.2, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.
- 6.3** Para processar-se o pagamento, a DETENTORA deverá submeter à unidade requisitante a competente nota fiscal, acompanhada, cópia reprográfica da nota de empenho e da respectiva ordem de fornecimento.
 - 6.3.1** Nas hipóteses em que a DETENTORA deva proceder a ajustes da documentação necessária ao pagamento, o prazo será interrompido e reiniciará a partir da data em que se der a regularização.
- 6.4** O pagamento será retido se houver pendências no CADIN.
- 6.5** Estando em termos a documentação apresentada, o pagamento devido será depositado na conta corrente que a DETENTORA deverá manter no BANCO DO BRASIL, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197, de 22 de janeiro de 2010.



- 6.5.1** Em sendo a unidade requisitante entidade autárquica, a forma de pagamento será a eleita pela administração indireta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OUTRAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

- 7.1** A DETENTORA responsabilizar-se-á por todos os prejuízos que porventura ocasione a SMS ou a terceiros, em razão da execução dos fornecimentos decorrentes da presente Ata.
- 7.2** Por ocasião da entrega na unidade requisitante os produtos devem apresentar validade equivalente a pelo menos **2/3 (dois terços)** do prazo de validade total. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela instância gestora das Atas de Registro de Preços – Divisão de Suprimentos / SMS-3, a Secretaria poderá, excepcionalmente, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a imediata substituição, à vista da inviabilidade de utilização dos materiais no período de validade.
- 7.3** A DETENTORA estará obrigada a atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, ainda que o fornecimento decorrente esteja previsto para ocorrer após o término de sua vigência.
- 7.4** A DETENTORA será responsável pela segurança do trabalho de seus empregados, em especial durante o transporte e descarga dos materiais.
- 7.5** A DETENTORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.
- 7.6** A DETENTORA estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da Unidade Requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.
- 7.7** A DETENTORA deverá comunicar a SMS.3/Setor de Atas toda e qualquer alteração nos seus dados cadastrais, para atualização.
- 7.8** DETENTORA deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter, durante o prazo de vigência da presente Ata e dos respectivos contratos, todas as condições de habilitação e de participação exigidas no procedimento licitatório que precedeu a celebração deste ajuste.
- 7.9** Em caso de suspeita de desvio de qualidade ou suspeita de irregularidade o fornecedor deverá arcar com os custos da análise, em laboratórios de controle de qualidade acreditados junto ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) ou



INMETRO ou Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS) em nome do Fabricante ou do Detentor do registro do produto na ANVISA. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização nos termos legais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/22.

8.1.1 As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a)** comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,
- b)** manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

8.2 Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

- a)** Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;
- b)** Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura;

8.2.1 Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

8.3 À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não manter a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 8.2 ou declaração de inidoneidade para licitar



ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.

- 8.4** As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:
- 8.4.1** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto.
 - 8.4.2** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste.
 - 8.4.3** Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor do material não entregue por dia de atraso, inclusive nas hipóteses de fixação de prazo para substituição ou complementação, limitada a demora até o máximo de 19 (dezenove) dias do prazo fixado, após restará configurada inexecução do ajuste, parcial ou total a depender se o atraso se deu em parte ou no todo.
 - 8.4.4** Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do material entregue em desacordo com as especificações do edital e do ajuste, sem prejuízo de sua substituição, no prazo estabelecido.
 - 8.4.5** Multa de 1% (um por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições desta cláusula.
 - 8.4.6** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada.
- 8.5** As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.
- 8.6** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à SMS-3 - Diretoria de Suprimentos, Rua Doutor Siqueira Campos, 172 – 5º andar – Liberdade – São Paulo-Capital, e protocolizado nos dias úteis, das 08h00 às 17h00.
- 8.6.1** Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.
 - 8.6.2** Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser



considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.

- 8.7** Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021
- 8.8** São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA PRESENTE ATA

- 9.1** A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada, de pleno direito, pela SMS, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando a DETENTORA:
- 9.1.1** Descumprir as condições estabelecidas no presente instrumento ou normas legais aplicáveis à espécie;
 - 9.1.2** Não firmar os contratos de fornecimentos ou deixar de dar recebimento à nota de empenho e ordem de fornecimento nos prazos previstos;
 - 9.1.3** Não aceitar reduzir o preço registrado na hipótese deste tornar-se superior aos praticados no mercado;
 - 9.1.4** Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;
 - 9.1.5** Deixar de possuir qualquer das condições de habilitação e ou de participação exigidas na licitação;
 - 9.1.6** Der causa à rescisão administrativa dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços.
- 9.2** A comunicação do cancelamento do preço registrado, nas hipóteses previstas nesta cláusula, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento.
- 9.3** Esta Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida nas hipóteses de rescisão dos contratos em geral, com as consequências legalmente previstas.



- 9.3.1** A Ata de Registro de Preço também poderá ser rescindida na hipótese de caracterização superveniente da prestação de trabalho nas condições aludidas no §1º, do art. 1º da Lei municipal nº 15.944/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1** Para a execução desta Ata de Registro de Preços, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.
- 10.2** Fica eleito o foro da comarca do Município de São Paulo para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.



E por estarem de acordo, as partes Contratantes, foi por mim, Marília Fernanda Costa, lavrado o presente instrumento, que lido e achado conforme, é assinado em duas vias de igual teor.

MARIANA DE SOUZA ARAUJO
COORDENADORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE – COVISA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

DETENTORA:

FELIPPE DE OLIVEIRA ROCHA

Assinado digitalmente por:
FELIPPE DE OLIVEIRA ROCHA
CPF: 028.724.101-71
Data: 09/06/2026 13:36:14 -03:00



ARINOS COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Nome: Felipe de Oliveira Rocha

R.G: 44.881.275-5

CPF: 028.724.101-71

Testemunhas:

1) Nome: Marília Fernanda Costa

R.G: 26.398.100

2) Nome: Ana Lucia Fernandes da Silva

R.G: 19.221.161-4

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS - SETOR DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS
Rua Dr. Siqueira Campos nº 172, 5º andar, Liberdade – São Paulo – SP – CEP 01509-020

Tels: (011) 5461-8897/8898/5239-1887/1888/1889

Esse documento foi assinado por FELIPPE DE OLIVEIRA ROCHA. Para validar o documento e suas assinaturas acesse
<https://assineweb.arcertfoz.com.br/validate/3UFNQ-PUJRY-W2YSK-254RP>



**ANEXO I****Termo de Referência**
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**REGISTRO DE PREÇO PARA FORNECIMENTO DE CAPA PARA CAIXA D'ÁGUA DE CUBAGEM DE 250 A 1000 LITROS E CAPA PARA RECIPIENTE DE ARMAZENAMENTO DE ÁGUA ATÉ 250 LITROS****ITEM 01 – CAPA PARA CAIXA D'ÁGUA DE CUBAGEM DE 250 A 1000 LITROS**

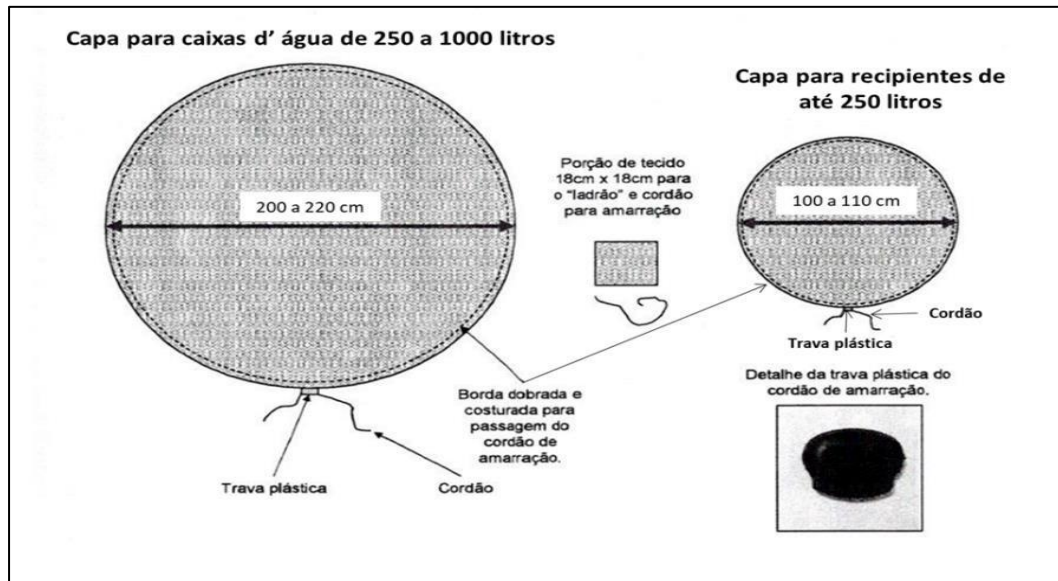
Tela/capa para caixa d'água confeccionada em tecido telado, 100% poliéster multifilamento, cor clara, contendo, no mínimo, 500 fios/cm², resinado com acetato de polivinila, tecido termoequilizado, com tratamento contra radiação ultra-violeta (UV) e antimoho, trama com abertura mínima de 0,5 mm e máxima 1,2 mm, com costura em borda dobrada e costurada com linha dupla 100% poliéster, em formato circular com 200 a 220 cm de diâmetro, que permita a cobertura de caixas d'água de formato redondo, quadrado ou retangular de cubagens de 250L a 1000L, com no mínimo um ponto de amarração, possuindo sistema de fixação corredeira com corda de 2,5 a 3 mm de diâmetro, em poliéster ou polipropileno e trava plástica para fixação da corda sem folga e adaptação à parede externa da caixa. Deverá contar com porção de mesmo tecido da capa, para a proteção do "ladrão" da caixa d'água, com dimensões mínimas de 18 x 18 cm, com corda para amarração de no mínimo 30 cm.

CÓDIGO SUPRI: 51.125.005.002.0041-6**ITEM 02 – CAPAS PARA RECIPIENTES DE ARMAZENAMENTO DE ÁGUA ATÉ 250L**

Tela/capa confeccionada em tecido telado, 100% poliéster multifilamento, cor clara, contendo, no mínimo, 500 fios/cm², resinado com acetato de polivinila, tecido termoequilizado, com tratamento contra radiação ultra-violeta (UV) e antimoho, trama com abertura mínima de 0,5 mm e máxima 1,2 mm, com costura em borda dobrada e costurada com linha dupla 100% poliéster, em formato circular, com 100 a 110 cm de diâmetro, que permita a cobertura de recipientes de armazenamento de água de formato redondo, quadrado ou retangular com cubagens de até 250L, com no mínimo um ponto de amarração, possuindo sistema de fixação corredeira com corda de 2,5 a 3 mm de diâmetro, em poliéster ou polipropileno e trava plástica para fixação da corda sem folga e adaptação a parede externo do recipiente.

CÓDIGO SUPRI: 51.125.005.002.0036-0

MODELO DO LAYOUT DAS CAPAS DE CAIXA D'ÁGUA



CONDIÇÕES GERAIS

1. Deve ser apresentada Ficha Técnica do produto ofertado com todas as especificações técnicas.
2. Os produtos deverão ser novos, sem uso anterior, e entregues em perfeitas condições.
3. A contratada deverá assegurar que os itens sejam entregues com garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.
4. A contratada será responsável pelo transporte, seguro e descarregamento no local de entrega.
5. Os materiais deverão ser embalados individualmente e conter o nome do fabricante.
6. Deve ser enviada uma amostra de cada item para análise, nos tamanhos requeridos no pregão, em até 5 (cinco) dias úteis após a indicação do certame, para a Divisão de Vigilância em Saúde (DVZ), no Núcleo de Vigilância, Controle e Prevenção de Fauna Sinantrópica (NVSIN), localizado na Rua Santa Eulália, 86, Santana, São Paulo/SP, CEP 02031-020, sala 24, aos cuidados de Carina Araki de Freitas ou Eduardo de Masi, de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 17h00.

PRAZO DE ENTREGA:

Prazo máximo para entrega do produto será de até 30 (trinta) dias úteis, contados da data de recebimento pela detentora de cada ordem de fornecimento.

**ENDEREÇO PARA ENTREGA:**

Almoxarifado Central. Avenida Otaviano Alves de Lima, 4000, Freguesia do Ó, São Paulo/SP, de segunda a sexta-feira, das 9h00 às 14h00. Deve ser realizado prévio agendamento da entrega por meio dos telefones (11) 2974-7846/7847 e email arboviroses@PREFEITURA.SP.GOV.BR.

FISCAIS DO CONTRATO E RESPONSÁVEIS PELO RECEBIMENTO:

Carina Araki de Freitas – RF 7833067

Eduardo de Mais – RF 7314361

PENALIDADES

1. Em caso de descumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos artigos 155 a 181 da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se a gravidade da infração, a vantagem auferida, a consumação ou não do dano, entre outros critérios definidos no art. 156 da mesma lei.
2. O licitante que, no curso do processo licitatório:
 - der causa ao retardamento da execução do certame,
 - deixar de entregar documentação exigida,
 - apresentar documentação falsa,
 - não mantiver a proposta,
 - comportar-se de modo inidôneo,
 - fizer declaração falsa ou
 - cometer fraude fiscal, ficará sujeito às penalidades previstas nesta seção.
3. Pela recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, no prazo estipulado, sem justificativa aceita pela Administração, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto, sem prejuízo de outras penalidades previstas.
4. A mesma penalidade do item anterior será aplicada caso a recusa decorra da não apresentação dos documentos exigidos para formalização contratual.
5. Pelo atraso na assinatura do contrato ou retirada da Nota de Empenho, será aplicada multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor contratual, limitada a 10 (dez) dias, caracterizando-se inexecução total da obrigação a partir do 11º dia.
6. Pelo atraso na entrega do objeto, incidirá multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor da partida em atraso. A partir do 11º dia, será considerada inexecução parcial ou total, conforme o caso.
7. Pelo atraso na substituição ou complementação do objeto entregue em desacordo com as especificações técnicas, multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor da parcela em desconformidade, contados da data da comunicação formal. A partir do 11º dia, a unidade requisitante poderá recusar o recebimento e aplicar as penalidades cabíveis.



8. Pela inexecução total, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, da nota de empenho ou da ordem de fornecimento.
9. Pela inexecução parcial, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou entregue em desconformidade, ou com atraso superior a 10 dias.
10. Pela rescisão contratual por culpa da contratada, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado.
11. Pelo descumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais não previstas nos itens anteriores, será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor estimado do ajuste.
12. A depender da gravidade da infração, poderá ser aplicada sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 3 (três) anos, conforme previsto no art. 156, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
13. Em caso de infração gravíssima, poderá ser aplicada sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com qualquer ente federativo, conforme art. 156, inciso II, da mesma Lei.
14. As sanções acima previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme previsto no art. 158, §1º, da Lei nº 14.133/2021.
15. O prazo para pagamento das multas será de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação da penalidade. O não pagamento sujeitará a contratada à inscrição em dívida ativa e à consequente execução fiscal, além de registro no CADIN Municipal.
16. As penalidades somente serão afastadas nos casos expressamente previstos no Decreto Municipal nº 62.100/2022, ou se houver:
 - Comprovação, pela LICITANTE/CONTRATADA, de força maior ou caso fortuito, impeditivo da execução; Manifestação expressa da unidade requisitante de que a infração decorreu de fato imputável à Administração, devidamente justificado nos autos.

CONSUMO MÉDIO ESTIMADO:

UNIDADES	MENSAL		ANUAL	
	ITEM 01	ITEM 02	ITEM 01	ITEM 02
COVISA	2.250	708,33	27.000	8.500
TOTAL	2.250	708,33	27.000	8.500



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: 3UFNQ-PUJRY-W2YSK-254RP

Tipo de assinatura: Qualificada

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ FELIPPE DE OLIVEIRA ROCHA (CPF 028.724.101-71) em 09/06/2026 13:36 -
Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assineweb.arcertfoz.com.br/validate/3UFNQ-PUJRY-W2YSK-254RP>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assineweb.arcertfoz.com.br/validate>



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ARINOS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA
CNPJ: 29.616.156/0001-83

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:20:41 do dia 08/01/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 07/07/2026.

Código de controle da certidão: **F0CB.142E.943A.B1AF**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 29.616.156/0001-83
Razão social: ARINOS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA
Endereço: R DAS ADALIAS 320 ANDAR 1/ JARDIM FLORIDA / BARUERI / SP / 06407-170

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 07/06/2026 a 06/07/2026

Certificação Número: 2026060701054989087200

Informação obtida em 08/06/2026 21:14:37

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

CADASTRO INFORMATIVO MUNICIPAL - CADIN

Comprovante de Inexistência de Registros

Não foram encontradas pendências inscritas no Cadastro Informativo Municipal – CADIN para Pessoa Física abaixo qualificada na data e hora indicada:

CPF: **161.560.001-83**

Data: **08/06/2026**

Nome: **ARINOS COMERCIO DE MATERIAIS DE
CONSTRUCAO LTDA**

Hora: **21:12:43**

Número de Controle: **2026-0608-0267-8124**

Artigo 7º da Lei Municipal nº 14.094, de 06 de dezembro de 2005: "A inexistência de registro no CADIN MUNICIPAL não configura reconhecimento de regularidade de situação, nem elide a apresentação dos documentos exigidos em lei, decreto e demais atos normativos."

Este comprovante é expedido gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada no Portal CADIN da Secretaria Municipal da Fazenda do Município de São Paulo, no endereço:
<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cadin/> por meio do código: 2026-0608-0267-8124.